



BOLETIM 293

Brasília, 10 de fevereiro de 2017

Relator do desmonte da Previdência quer apresentar relatório em março

O relator da reforma da Previdência (PEC 287/16), deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), disse que pretende apresentar seu relatório em meados de março.

Ele vai propor seu plano de trabalho na próxima terça-feira (14), mas adiantou que planeja fazer oito audiências públicas e um seminário internacional para conhecer os sistemas de outros países.

Nesta quinta-feira (9), foi eleito o deputado Carlos Marun (PMDB-MS) como presidente da comissão especial que vai analisar a reforma, após disputa com mais dois candidatos.

Uma das primeiras audiências da comissão especial será sobre a polêmica do déficit previdenciário e as projeções para o futuro.

Relatoria contestada - A indicação do relator foi contestada pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que protocolou uma reclamação, citando artigos do Regimento Interno que, na sua opinião, impediriam que o deputado Arthur Oliveira Maia ocupasse o posto.

É que o deputado recebeu recursos de bancos e seguradoras em sua campanha eleitoral e, de acordo com Valente, estas empresas seriam diretamente interessadas na reforma da Previdência.

[
Contra a reforma - Um dos candidatos à presidência da comissão foi Pepe Vargas (PT-RS) que se manifestou contrariamente à reforma porque, segundo ele, ela parte do pressuposto de que a Previdência não compartilha recursos da Seguridade Social. Com estes recursos, ela seria superavitária.

Pepe Vargas disse ainda que a reforma afeta os mais pobres: "Esses trabalhadores, hoje, em geral já não se aposentam por tempo de contribuição. Alguns conseguem lograr a aposentadoria por idade. E, a maioria deles, não consegue nem aposentar por idade porque, pela regra atual, não consegue os 15 anos de contribuição. E agora terão, segundo a proposta, que ter 25 de contribuição. Então sobra a eles o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passa a ser 70 anos e que está sendo proposto ser desvinculado o piso do salário mínimo".

Envelhecimento rápido - O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) disse que as contas públicas não fecham sem a reforma, principalmente após a aprovação do teto de gastos ano passado.

Afastar os jovens - Já o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) argumentou que as novas regras vão afastar os jovens da Previdência Social porque eles terão que contribuir muito tempo para ganhar pouco: "Na verdade essa proposta tem o interesse carimbado do sistema financeiro, dos bancos, dos fundos privados de aposentadoria, que estão atuando fortemente".



Mazinho propõe ampla articulação com os deputados

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho (*foto*), diante da instalação das comissões especiais que tratarão das mudanças na Previdência e na legislação trabalhista (ver matéria seguinte) propôs que o movimento sindical como um todo faça uma ampla articulação com os integrantes desses colegiados com o objetivo de barrar “as ameaças aos direitos e conquistas dos trabalhadores e das organizações sindicais”.

Segundo o dirigente sindical, esse trabalho junto aos parlamentares deve ser feito “não apenas em Brasília, mas principalmente nos Estados, pois os deputados são sempre mais sensíveis às pressões legítimas que acontecem em suas bases”.

Mazinho está recomendando a todos os dirigentes sindicais da base da CONTRICOM, das Federações e dos Sindicatos, que “façam esse trabalho em suas cidades e em seus estados, pois só assim seremos capaz de impedir retrocessos tanto na legislação previdenciária como na trabalhista”.

Conheça os membros, seus respectivos partidos e gabinetes da Comissão Especial que tratará das mudanças na Previdência Social:

Composição da Comissão Especial da PEC 287/2016 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Adail Carneiro PP/CE (Gab. 335-IV)	Alceu Moreira PMDB/RS (Gab. 238-IV)
Alexandre Baldy PTN/GO (Gab. 441-IV)	Beto Salame PP/PA (Gab. 473-III)
Arnaldo Faria de Sá PTB/SP (Gab. 929-IV)	Cristiane Brasil PTB/RJ (Gab. 644-IV)
Carlos Marun PMDB/MS (Gab. 856-IV)	Dulce Miranda PMDB/TO (Gab. 530-IV)
Darcísio Perondi PMDB/RS (Gab. 518-IV)	João Campos PRB/GO (Gab. 315-IV)
Diego Garcia PHS/PR (Gab. 745-IV)	Junior Marreca PEN/MA (Gab. 537-IV)
Erivelton Santana PEN/BA (Gab. 756-IV)	Major Olimpio SD/SP (Gab. 279-III)
José Aleluia DEM/BA (Gab. 854-IV)	Carlos Mandetta DEM/MS (Gab. 577-III)
Julio Lopes PP/RJ (Gab. 544-IV)	Marcus Vicente PP/ES (Gab. 360-IV)

Lelo Coimbra PMDB/ES (Gab. 801-IV)	Nelson Meurer PP/PR (Gab. 916-IV)
Maia Filho PP/PI (Gab. 624-IV)	Onyx Lorenzoni DEM/RS (Gab. 828-IV)
Mauro Pereira PMDB/RS (Gab. 843-IV)	Pedro Chaves PMDB/GO (Gab. 406-IV)
Pauderney Avelino DEM/AM (Gab. 610-IV)	Pr. Marco Feliciano PSC/SP (Gab. 254-IV)
Paulo Pereira da Silva SD/SP (Gab. 217-IV)	Ronaldo Benedet PMDB/SC (Gab. 918-IV)
Professor Victório Galli PSC/MT (Gab. 539-IV)	2 vaga(s)
Vinicius Carvalho PRB/SP (Gab. 356-IV)	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Capitão Augusto PR/SP (Gab. 273-III)	Cabo Sabino PR/CE (Gab. 617-IV)
Eros Biondini PROS/MG (Gab. 321-IV)	Davidson Magalhães PCdoB/BA (Gab. 642-IV)
Jandira Feghali PCdoB/RJ (Gab. 622-IV)	Delegado Waldir PR/GO (Gab. 645-IV)
Laerte Bessa PR/DF (Gab. 340-IV)	8 vaga(s)
Marcelo Álvaro Antônio PR/MG (Gab. 824-IV)	
6 vaga(s)	

PSDB/PSB/PPS/PV	
Arthur Oliveira Maia PPS/BA (Gab. 830-IV)	Marcos Abrão PPS/GO (Gab. 375-III)
Eduardo Barbosa PSDB/MG (Gab. 540-IV)	6 vaga(s)
Giuseppe Vecci PSDB/GO (Gab. 383-III)	
Marcus Pestana PSDB/MG (Gab. 715-IV)	
3 vaga(s)	
PDT	
1 vaga(s)	1 vaga(s)
PSOL	
Ivan Valente PSOL/SP (Gab. 716-IV)	Edmilson Rodrigues PSOL/PA (Gab. 301-IV)
REDE	
Alessandro Molon REDE/RJ (Gab. 652-IV)	Miro Teixeira REDE/RJ (Gab. 270-III)

Instalada comissão que vai analisar a reforma trabalhista

Cronograma de audiências será definido na próxima terça-feira, quando o colegiado voltará a se reunir

Foi instalada nesta quinta-feira (9) a comissão especial que vai discutir a reforma trabalhista na Câmara dos Deputados. O deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) foi eleito presidente e o



deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) confirmado na relatoria.

A comissão inicia os trabalhos na próxima terça-feira (14), quando será proposto cronograma para ouvir centrais sindicais, associações e trabalhadores, entre outros.

A reforma encaminhada pelo governo (PL 6787/16) prevê a validade do negociado sobre o legislado em relação a alguns pontos, como parcelamento de férias, participação nos lucros da empresa e cumprimento da jornada limitada a 220 horas.

Questionamentos - Deputados da oposição apontaram interesse da base aliada em acelerar a votação da reforma trabalhista na Casa. Entre outros pontos, eles argumentaram que o Regimento Interno prevê que ao menos metade dos membros titulares de comissão especial, que analisa proposta da competência de mais de um colegiado, deve ser constituída com membros permanentes das comissões chamadas a opinar sobre a matéria.

A deputada Luiza Erundina (Psol-SP) disse que “a pressa pode comprometer a qualidade do resultado diante da gravidade e do impacto da reforma”.

Em resposta, o deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP), que comandava a reunião antes da eleição, observou que a regra pela qual cabe aos líderes indicar os membros do colegiado, respeitada a proporcionalidade partidária, é um costume já consagrado na Casa.

Ao assumir a Presidência da comissão, Daniel Vilela disse que vai elaborar resposta aos questionamentos e se manifestar na próxima reunião do colegiado.

Conheça os membros, seus respectivos partidos e gabinetes da Comissão Especial que tratará das mudanças na legislação trabalhista:

Composição da Comissão Especial do PL 6787/2016	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB	
Antonio Bulhões PRB/SP (Gab. 327-IV)	Alceu Moreira PMDB/RS (Gab. 238-IV)
Arolde Oliveira PSC/RJ (Gab. 917-IV)	de Arthur Lira PP/AL (Gab. 942-IV)
Celso Maldaner PMDB/SC (Gab. 311-IV)	Covatti Filho PP/RS (Gab. 228-IV)
Daniel Vilela PMDB/GO (Gab. 471-III)	Darcísio Perondi PMDB/RS (Gab. 518-IV)
Diego Garcia PHS/PR (Gab. 745-IV)	Fernando Monteiro PP/PE (Gab. 282-III)
Efraim Filho DEM/PB (Gab. 744-IV)	Junior Marreca PEN/MA (Gab. 537-IV)
Eli Filho DEM/SP (Gab. 850-IV)	Corrêa Laura Carneiro PMDB/RJ (Gab. 419-IV)
Jerônimo Goergen PP/RS (Gab. 316-IV)	Mauro Pereira PMDB/RS (Gab. 843-IV)
Jones Martins PMDB/RS (Gab. 927-IV)	Paes Landim PTB/PI (Gab. 648-IV)



Lázaro Botelho PP/TO (Gab. 478-III)	Roberto Sales PRB/RJ (Gab. 332-IV)
Renata Abreu PTN/SP (Gab. 726-IV)	6 vaga(s)
Ronaldo Carletto PP/BA (Gab. 262-IV)	
Sergio Souza PMDB/PR (Gab. 702-IV)	
Walney Rocha PEN/RJ (Gab. 581-III)	
Zeca Cavalcanti PTB/PE (Gab. 318-IV)	
1 vaga(s)	
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
Bilac Pinto PR/MG (Gab. 806-IV)	Assis Melo PCdoB/RS (Gab. 625-IV)
Cabo Sabino PR/CE (Gab. 617-IV)	10 vaga(s)
Daniel Almeida PCdoB/BA (Gab. 317-IV)	
Eros Biondini PROS/MG (Gab. 321-IV)	
Gorete Pereira PR/CE (Gab. 206-IV)	
6 vaga(s)	
PSDB/PSB/PPS/PV	

Arnaldo Jordy PPS/PA (Gab. 506-IV)	Elizeu Dionizio PSDB/MS (Gab. 531-IV)
Geovania de Sá PSDB/SC (Gab. 606-IV)	Vitor Lippi PSDB/SP (Gab. 823-IV)
João Gualberto PSDB/BA (Gab. 358-IV)	5 vaga(s)
Rogério Marinho PSDB/RN (Gab. 446-IV)	
3 vaga(s)	
PDT	
1 vaga(s)	1 vaga(s)
PSOL	
Chico Alencar PSOL/RJ (Gab. 848-IV)	Luiza Erundina PSOL/SP (Gab. 620-IV)
PSL	
Alfredo Kaefer PSL/PR (Gab. 818-IV)	1 vaga(s)

Fonte: COMUNICAÇÃO CONTRICOM (com informações da Agência CÂMARA)

Paim critica reformas e comparações com outros países

Não é possível comparar os direitos trabalhistas no Brasil com os do restante do mundo com realidades salariais tão distintas. O alerta é do senador Paulo Paim (PT-RS). Ele lembrou que a



remuneração mínima dos empregados e pensionistas brasileiros é equivalente a US\$ 300, enquanto nos países desenvolvidos chega a US\$ 1 mil.

Essa realidade, segundo Paulo Paim, é mais uma razão para que as reformas da Previdência e trabalhista, em exame na Câmara dos Deputados, sejam amplamente debatidas. Ele lembrou que as alterações nessas leis impactarão a vida de milhões de pessoas.

Paim também criticou a intenção do presidente da Câmara, Rodrigo Maia de querer que as mudanças no setor previdenciário sejam aprovadas naquela Casa até o final de maio e até junho no Senado. Outra discordância de Paim com a reforma é o desprezo às peculiaridades das mais diferentes profissões. Ele citou como exemplo o caso dos policiais.

- A realidade vivida pelo policial brasileiro é outra. Sua expectativa de vida não chega a 60 anos. Como então impor uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos para uma categoria onde a expectativa de vida sequer se aproxima disso? - indagou o senador.

Fonte: Agência Senado

Comissões “reformistas” são afinadas com o mercado

*Marcos Verlaine**

O governo, a serviço do mercado, tem pressa. As comissões que visam alterar as regras previdenciárias e a legislação trabalhista foram

instaladas na Câmara, nesta quinta (9). Os que irão conduzir os trabalhos — presidentes e relatores de ambos os colegiados — foram escolhidos à dedo.

O relator da reforma da Previdência (PEC 287/16), deputado Arthur Maia (PPS-BA), que foi relator do projeto da terceirização (PL 4.330/04), em 2015, já é conhecido do movimento sindical. Liberal, ajudou a aprovar todas as proposições de interesse do mercado, tais como o congelamento de gastos (PEC 241/16), a manutenção do fator previdenciário (MP 475/09), a quebra do monopólio na exploração do pré-sal pela Petrobras (PL 4.567/16), a DRU (Desvinculação das Receitas da União) (PEC 87/15), e a transformação das empresas públicas em sociedades anônimas (PL 4.918/16). É fiscalista.

Isto vale, também, para o relator da reforma trabalhista (PL 6.787/16). Com o adicional de que o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), é conservador no plano dos valores. Ele é um dos principais defensores da Escola sem Partido (PLS 193/16). É, ainda, vice-presidente da comissão especial do estatuto da família (PL 6.583/13) e participa da comissão da liberdade de opinião do ensino religioso (PL 6.314/05).

As reformas ou contrarreformas que começam a ser oficialmente debatidas pela Câmara dos Deputados são o sonho de consumo do mercado desde sempre. Entretanto, não havia espaço no plano político para implementá-las. Agora, com a mudança do papel do Estado, a partir do impeachment da ex-presidente Dilma, e o enfraquecimento do PT e dos demais partidos de esquerda e centro-esquerda nos aspectos políticos e sociais, criou-se as bases objetivas para o resgate da agenda do Consenso de Washington, interrompida com a eleição de Lula, em 2002.



As contrarreformas visam, pela retórica do mercado, criar as condições para “melhoria do ambiente de negócios”. A reforma da Previdência, por exemplo, é um complemento da agenda neoliberal, a partir da promulgação da Emenda à Constituição 95/16, que congela, em termos reais, o gasto público por 20 anos.

A PEC 95 implode o sistema de Seguridade Social do Estado brasileiro, implantado pela Constituição de 1988, já que limitará os recursos para áreas sociais vitais como Saúde, Assistência Social e Previdência, que é a segunda maior despesa do orçamento. A primeira é o pagamento dos juros e serviços da dívida, cuja previsão é nada mais, nada menos, que R\$ 1,7 tri, a metade dos recursos orçados para 2017, R\$ 3,5 tri. Ou seja, o governo, com o limite de gastos, congela as despesas primárias do Estado, como saúde, educação e assistência social, mas mantém e amplia as despesas financeiras.

A reforma trabalhista, nos moldes do PL 6.787, é carro-chefe para desregular, por completo, a legislação trabalhista, vista pelo mercado como entrave para a “modernização das relações de trabalho”, leia-se, precarização da mão de obra, com a retirada de direitos.

O projeto, no seu ponto central, o negociado pelo legislado, ainda que pontual, é a maior expressão da lógica da precarização das relações de trabalho, já que a CLT já prevê, implicitamente, que o negociado tenha primazia em relação à lei, desde que seja para acrescentar ou ampliar direitos e benefícios aos trabalhadores. Assim, se o mercado quer explicitar numa lei ordinária esse dispositivo é porque deseja retirar direitos!

Toda a concepção do mercado, em relação ao trabalho, passa pela falsa lógica de que

flexibilizar direitos facilita ou permite a criação de mais vagas. O que é criticado pelo Ministério Público do Trabalho, que argumenta que essa mentalidade está baseada na visão de que o trabalho é mera mercadoria, que pode ser manipulado como se objeto qualquer fosse.

Perfil das comissões - A composição das comissões “reformistas” segue a média da Casa, cuja maioria é liberal-conservadora. Basta ver como tem se comportado diante da agenda fiscalista do governo Temer. O voto dos relatores em relação à agenda fiscal é uma síntese ou antecipação do que pensam. O relator da reforma trabalhista é favorável ao negociado sobre o legislado e já antecipou que pretende introduzir no texto da proposta, a terceirização e o trabalho intermitente.

Diante desse quadro adverso, não resta outra coisa ao movimento sindical a não ser o combate permanente e sem tréguas aos projetos, dentro e fora do Congresso, para senão rejeitá-las na íntegra, pelo menos amenizar seus efeitos prejudiciais aos atuais e futuros segurados, no caso da reforma da Previdência, e a manutenção, naquilo que é fundamental dos direitos trabalhistas, consignados na CLT, no caso da reforma trabalhista. O ano de 2017 promete e será longo!

() Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap*

Fonte: Diap



Calendário de saques do FGTS deve sair dia 14

O calendário de saques de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) deve ser anunciado pelo governo no dia 14 de fevereiro. O cronograma de liberação do dinheiro ainda não foi divulgado oficialmente, mas os saques deverão ocorrer de acordo com o mês de aniversário do trabalhador.

Depois da divulgação, a Caixa deverá começar a receber demandas sobre a retirada do dinheiro.

“A liberação das contas inativas do FGTS é também política social. Temos R\$ 42 bilhões retidos nessa fonte. No dia 14, me ajude se eu errar nas datas, os senhores vão começar a receber as demandas dos detentores das contas inativas”, disse o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, a servidores da Caixa em evento nesta quinta-feira (9).

O banco vai criar canais exclusivos para informar os trabalhadores sobre o saque para que não haja uma corrida às agências.

Poderão ser sacados os valores de todas as contas inativas do FGTS até 31 de dezembro de 2015, sem limite de retirada. As contas inativas do FGTS são as que não recebem mais depósitos do empregador porque o contrato de trabalho foi suspenso. O trabalhador pode consultar a existência e o saldo de contas inativas do Fundo de Garantia por meio do site da Caixa, SMS, nas agências do banco e pelo aplicativo do FGTS.

Fonte: Agência Brasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)